



Araçariquama, 03 de maio de 2024.

Ofício nº 045/2024 – GP

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência, que foi sancionado:

LEI COMPLEMENTAR Nº 190 DE 03 DE MAIO DE 2024, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2024, Autógrafo nº 1240/2024 que Acrescenta e altera a Lei Complementar nº 168, de 29 de setembro de 2021, que institui o Código Ambiental do Município de Araçariquama, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.

RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito Municipal de Araçariquama

Ao Excelentíssimo Senhor
MARCO PAULO DAL BELLO
DD. Presidente da Câmara de Araçariquama



LEI COMPLEMENTAR Nº 190 DE 03 DE MAIO DE 2024
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2024
AUTÓGRAFO Nº 1240/2024

Acrescenta e altera a Lei Complementar nº 168, de 29 de setembro de 2021, que institui o Código Ambiental do Município de Araçariguama, e dá outras providências.

Art. 1º A Lei Complementar nº 168, de 29 de setembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

Art. 44. (...)

Parágrafo único. Ficam dispensadas de compensação ambiental, através de TCCA as autorizações municipais para supressão de espécies arbóreas constantes do Anexo I e/ou espécies ornamentais exóticas, mediante análise de técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Sustentabilidade.

..... (NR)

Art. 46. Nos casos de supressão acima de 10 (dez) exemplares arbóreos em um mesmo lote, o interessado deverá apresentar, além do descrito no art. 48 desta Lei, o Laudo Técnico de Flora com o detalhado de todas as árvores isoladas existentes na propriedade contendo as seguintes informações:
(...);

..... (NR)

Art. 47. (...)

Parágrafo único. Para os casos sem autorização, além da obrigatoriedade de cumprir com a compensação dos exemplares, será aplicada multa de 02 (duas) UFM por exemplar arbóreo.

..... (NR)



Art. 48. (...)

(...);

II - pagamento ao FMPMA - Fundo Municipal de Preservação do Meio Ambiente (valor estipulado no § 2º do art. 55 desta Lei Complementar);

(...);

V - doação de mudas, quando a compensação for até 100 mudas, e só será aceito conforme necessidades do SEMMAAS;

§ 1º No Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), será solicitado:

(...);

§ 2º Na ausência do envio de qualquer dos relatórios descritos no parágrafo anterior, será aplicada multa no valor de 5 (cinco) UFM.

..... (NR)

Art. 51. (...)

§ 1º Nas supressões realizadas com Autorização, será adotada a compensação de 10 (dez) exemplares por árvore suprimida, independente do DAP.

§ 2º Nas supressões realizadas irregularmente, não sendo possível a identificação do exemplar arbóreo, será adotada a compensação de 15 (quinze) exemplares por árvore suprimida.

§ 3º No caso de não haver possibilidade de quantificar os exemplares arbóreos suprimidos na área, será quantificado pela SEMMAAS de acordo com a área impactada sendo que para fins de multa e compensação do dano será adotada 1 (uma) muda para cada 2 (dois) m² de área.

§ 4º Durante a realização da supressão e obra no local, o interessado ficará responsável por colocar uma placa na proporção de 2mx1m, contendo as seguintes descrições:

I - número do Processo Administrativo e Nome do Interessado/Proprietário;

II - número do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA;



- III - quantidade de árvores a serem suprimidas;
- IV - método de Compensação escolhido, quando houver.

..... (NR)

Art. 55. (...)

§ 1º Somente será autorizado à conversão em pecúnia no caso de supressão de árvores isoladas.

§ 2º A compensação por pagamento financeiro, será no valor de 1 (uma) a 5 (cinco) UFM por unidade arbórea suprimida, mediante avaliação técnica da SEMMAAS.

..... (NR)

Art. 58. A Prefeitura de Araçariguama poderá converter a compensação ambiental por doação de mudas na proporção de 3 (três) vezes as mudas previstas na compensação conforme descrito no art. 54 desta lei.

..... (NR)

Art. 60. (...)

(...);

§ 2º Os proprietários de cães e gatos estão obrigados a cadastrar seu animal junto a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Sustentabilidade, a qual manterá registro do mesmo e fornecerá dispositivos de identificação e controle dos animais.

(...);

..... (NR)

Seção V

Do Estímulo à Pesquisa

Art. 63-A. O estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas para a gestão ambiental municipal, será prioridade:



I - na abrangência para o desenvolvimento de tecnologias acessíveis às comunidades afastadas, visando o desenvolvimento e aplicação de soluções referentes ao Saneamento Rural.

II - nos programas de Educação ambiental de forma ampla nos temas pertinentes ao meio ambiente e suas aplicações.

..... (NR)

Art. 76. (...):

I - perfeitas condições de funcionamento dos sistemas de captação e destinação de água, drenagem pluvial e de esgoto, sendo estes com sistema de separador absoluto.

(...);

..... (NR)

Art. 83. No controle da qualidade das águas, caberá ao Município:

(...);

II - promover a realização de estudos sobre a poluição de águas, objetivando o estabelecimento de medidas de prevenção e mitigação.

..... (NR)

Art. 90. (...)

Parágrafo Único. Caso seja comprovado por meio de laudos técnicos a emissão de poluentes fora dos padrões estabelecidos neste artigo, o infrator, além das penalidades já previstas nas legislações Federal e Estadual em vigor, será multado no valor de 1 (uma) a 45 (quarenta e cinco) UFM (Unidade Fiscal Municipal) de acordo com a avaliação dos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Sustentabilidade.

..... (NR)



Art. 92. (...)

(...);

§ 2º O emprego de fogo sem autorização sujeita o infrator, além das penalidades já previstas nas legislações Federal e Estadual em vigor, ao pagamento de 05 (cinco) UFM (Unidade Fiscal Municipal) por hectare de área queimada e recomposição de sua vegetação, de acordo com os parâmetros ambientais definidos pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Sustentabilidade.

..... (NR)

Art. 97. (...)

(...);

§ 5º Os sistemas de tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, devem estar licenciados pelo órgão ambiental competente, para fins de funcionamento, sendo de responsabilidade do gerador o gerenciamento adequado dos resíduos de serviço de saúde, seguindo as resoluções RDC 306/04 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a CONAMA 358/05 do Ministério do Meio Ambiente.

..... (NR)

Art. 98-A. Fica sob a responsabilidade total do gerador, realizar o correto gerenciamento dos resíduos de construção civil.

Parágrafo único. Para o disposto nesta lei, considera-se gerador:

- I - o proprietário do imóvel e/ou do empreendimento;
- II - o construtor ou empresa construtora, bem como qualquer pessoa que tenha poder de decisão na construção ou reforma;
- III - as empresas e/ou pessoas que prestem serviços de coleta, transporte, beneficiamento e disposição de resíduos de construção civil.

..... (NR)



Art. 116. (...):

(...);

XII - abandonar animais nas vias públicas tanto na área urbana quanto na rural;
Pena: multa de 0,45 a 115 UFM, sujeito à apreensão dos animais;

(...);

XIV - cortar ou danificar arborização das vias públicas e/ou privadas;
Pena: multa de 0,45 a 115 UFM, por planta atingida ou fração e apreensão dos equipamentos utilizados;

XV - causar poluição sonora em desacordo com os padrões estabelecidos na ABNT;
Pena: multa de 1 a 185 UFM e interdição e lacramento dos equipamentos utilizados;

..... (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Araçariguama, 03 de maio de 2024.

RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito Municipal